



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro, 557 - Fone:- (044) 427-1223 - CEP. 87.950-000

CNPJ Nº 75.461.970/0001-93

E-mail: portorico@pref.pr.gov.br

LEI Nº 982/2012

Diário do Noroeste
Data da Publicação: 27/06/2012
Edição: 16,239
Pagina: 34

SUMULA:- ESTABELECE VALOR PARA OS DÉBITOS JUDICIAIS A SEREM PAGOS MEDIANTE REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR – RPV PELAS AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES E FAZENDA PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PORTO RICO.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Porto Rico, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sancionou seguinte:

Lei:

Art. 1º As Autarquias, Fundações Públicas e Fazenda Pública Municipais, considerando as disposições do art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, acrescentado pela Emenda Constitucional nº 37 de 13 de junho de 2002 e Lei Estadual 12601/1999, estabelecem como de pequeno valor os débitos e obrigações, cujo montante, por beneficiário, após atualizado e especificado, em sua totalidade (com juros, correção monetária, multas, etc) for igual ou inferior a 10 (dez) salários mínimos, ficando dispensada a expedição de precatórios, se devedor o Município, suas autarquias e fundações (art. 87, II, do ADCT, acrescido pela EC nº 37/02).

Parágrafo único. O pagamento dos débitos judiciais apurados em processos de competência do Poder Judiciário, cujos valores se enquadrem no “caput” deste artigo serão pagos mediante Requisição de Pequeno Valor – RPV. Valor fixado para o fim previsto no art. 3º do art. 100 da CF, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público (§ 5º do art. 100 da CF).

Art. 2º Os pagamentos de valores superiores aos limites previstos no “caput” do artigo anterior continuarão a ser requisitados por intermédio de precatórios, nos termos do art. 100 da Constituição da República, aplicando-se os procedimentos estabelecidos no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Resolução 06/2007).

Parágrafo único. O credor de importância superior aos montantes previstos no art. 1º desta Lei, poderá optar por receber seu crédito, por meio de RPV, desde que renuncie, expressamente, na forma da Lei, junto ao Juízo da Execução, ao valor excedente. Em caso de renúncia ao crédito remanescente, será declarada por sentença a extinção da execução, nos termos dos artigos 794, III e 795 do CPC.

Art. 3º. Os débitos de natureza alimentícia cujos titulares tenham 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data da expedição do precatório, ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO RICO

Estado do Paraná

Av. João Carraro, 557 - Fone:- (044) 427-1223 - CEP. 87.950-000

CNPJ N° 75.461.970/0001-93

E-mail: portorico@pref.pr.gov.br

sejam portadores de doença grave, definidos na forma da lei, serão pagos nos termos do § 2º do art. 100 da Constituição Federal, admitido o fracionamento para essa finalidade, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.

Art. 4º. Considera-se débito ou obrigação de pequeno valor o montante bruto apurado na conta de liquidação homologada, aqui incluídos todos os valores em execução, sendo todavia admissível desmembrar o valor devido a cada beneficiário do crédito, em caso de litisconsórcio, para que seu pagamento se faça mediante requisição de pequeno valor, quando o total homologado seja superior ao estipulado como débito de pequeno valor.

Parágrafo único – É vedado o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, ou, ainda, a expedição de precatório complementar ou suplementar para que seu pagamento se faça em parte, na forma de RPV e, em parte, mediante expedição de precatório.

Art. 5º. Os débitos de pequeno valor serão liquidados no prazo de sessenta (60) dias, atualizados até a data do efetivo depósito judicial, à disposição do Juízo da Execução, em instituição bancária pública federal..

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Rico, Estado do Paraná, em 26 de junho de 2012.

EVARISTO GHIZONI VOLPATO
Prefeito Municipal